



TARIFAÇÃO

Reunião com Trump para discutir relação

Lula confirma ida ao G7, na França, onde espera se encontrar com o republicano e tratar das sobretaxas a produtos brasileiros

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou que vai à cúpula do G7, entre os dias 15 e 17 deste mês, em Evian, na França. E nessa reunião das sete maiores economias do mundo, a expectativa é de que o chefe do Planalto consiga se encontrar com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para abordar a ameaça de nova taxação, de 25%, sobre produtos brasileiros. Estará na pauta de uma eventual conversa, também, a sugestão do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), divulgado ontem, de sobretaxar o Brasil e outros 59 países, em 12,5%, por falhas no combate ao trabalho forçado.

Segundo Lula, a ida à reunião do G7 terá o objetivo de “colocar ordem na casa” em meio a um “desmonte do multilateralismo e da democracia” no mundo. “Eu nem ia no G7, mas agora eu vou ao G7, porque é preciso alguém tentar colocar ordem na casa e dar um paradeiro nessa coisa que está acontecendo de desmonte do multilateralismo, desmonte da democracia e desvalorização das instituições”, enfatizou, na abertura da reunião interministerial, ontem, no Palácio do Planalto.

A ida de Lula ao G7 ocorrerá na condição de convidado pelo grupo, formado por França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos.

Na reunião com ministros, o presidente elevou o tom ao comentar as tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Ele contestou os argumentos usados para justificar a medida e afirmou que o Brasil não aceitará ser tratado como uma “republica insignificante”.

Ele reiterou que o governo foi surpreendido pela decisão de Washington, em meio aos diálogos mantidos com os EUA nos últimos meses. De acordo com o chefe do Executivo, o Brasil buscou construir uma relação baseada na cooperação e na diplomacia, mas acabou sendo alvo de medidas injustificadas.

Lula também questionou a alegação de que os Estados Unidos teriam déficit comercial na relação bilateral. Segundo ele, os números apontam justamente o contrário.

Na avaliação do presidente, a adoção das tarifas representa um momento delicado para a política externa brasileira e exige uma resposta firme em defesa da soberania nacional. Ele ressaltou que o país tem ampliado sua presença internacional e não pode aceitar

tratamento desigual por parte de outras nações.

O petista relatou que no encontro que teve com Trump em Washington, entregou pessoalmente ao republicano quatro documentos, abordando temas considerados estratégicos para a relação bilateral. O material tratou de combate ao narcotráfico e ao crime organizado, da agenda comercial entre os países, do acordo negociado por Brasil e Turquia com o Irã em 2010 sobre o enriquecimento de urânio e de questões relacionadas a terras raras e minerais críticos. “Eu saí de lá convencido de que a gente estava estabelecendo uma nova lógica no relacionamento democrático e civilizado entre Brasil e Estados Unidos”, contou. “Confesso a vocês que fui pego de surpresa.”

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, foi novamente alvo de críticas do chefe do Planalto. “Esse Marco Rubio não gosta da América Latina e muito menos do Brasil. Ele é um latino-americano frustrado”, disparou.

Nada de choro

Aos ministros, Lula orientou “não baixar a cabeça” ante as ameaças e enfatizou que, caso não haja acordo com os Estados Unidos, o Brasil tem de procurar outros parceiros comerciais. “Se os Estados Unidos querem problema, nós não vamos ficar chorando, vamos procurar outros parceiros. Se eles não querem comprar, vamos vender para quem quiser comprar, a gente não vai ficar reclamando”, frisou.

Sem citar a família Bolsonaro, Lula disparou críticas a pessoas que, segundo ressaltou, trabalham para incentivar medidas contra o próprio país por razões eleitorais. “Vocês, ministros, não podem deixar de dizer isso em alto e bom som: estão tentando trair o Brasil com interesses mesquinhos, rasteiros, de uma disputa eleitoral”, disse. “Não há disputa eleitoral, em qualquer país do mundo, que possa dar valor a alguém que trai a pátria.”

As ameaças de sanções ao Brasil ocorreram dias depois da visita do senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato do PL à Presidência, e do irmão dele, o deputado cassado Eduardo Bolsonaro, ao chefe de Estado americano, na Casa Branca.

O presidente reiterou que o Brasil continuará buscando o diálogo diplomático com os Estados Unidos, mas ressaltou que país não abrirá mão de sua soberania nem aceitará decisões que prejudiquem seus interesses econômicos.

AFF



Lula: “Se os Estados Unidos querem problema, não vamos ficar chorando, vamos procurar outros parceiros, vamos vender para quem quiser comprar”

» UE e China reagem

A China e a União Europeia reagiram à intenção dos Estados Unidos de impor novas tarifas sob a alegação de prática de trabalhos forçados na produção de itens exportados ao mercado americano. Pequim negou categoricamente as alegações do governo Trump. A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Mao Ning, afirmou que a questão está sendo usada para justificar novas restrições comerciais. “Não existe trabalho forçado na China, e nos opomos a que isso seja usado como desculpa para manipulação política”, declarou a porta-voz. Já o porta-voz de Comércio da União Europeia, Olof Gill, disse que o bloco analisará cuidadosamente as conclusões da investigação norte-americana e as medidas sugeridas, e que seguirá em diálogo com a Casa Branca.

Brasil fala em reciprocidade

» RAPHAEL PATI

Depois de propor tarifa de 25% a produtos brasileiros, a Representação Comercial do país, a USTR, na sigla em inglês, publicou ontem um documento que sugere uma nova taxação, de 12,5%, sobre o Brasil e outros 59 países, por, segundo os Estados Unidos, falharem no combate ao trabalho forçado em suas cadeias comerciais.

Na lista de eventual sanção estão, ainda, potências econômicas, como China, Índia, Japão e Reino Unido, além de outros membros do Mercosul, como Argentina e Uruguai. Também pode sofrer a tarifa adicional a União Europeia. O secretário de Comércio dos EUA, Jamieson Greer, disse que a importação de bens feitos por meio de trabalho forçado é “inaceitável” e que seu país não vai tolerar mais o que chamou de “disparidade”. “Isso força os trabalhadores americanos a competir em um campo desigual”, argumentou.

A medida foi proposta após a

conclusão de uma investigação conduzida pelos EUA com base na Seção 301 da Lei de Comércio americana de 1974, que autoriza o país a abrir apurações e impor sanções contra países que usam de práticas consideradas prejudiciais ou “injustas” ao comércio e aos interesses norte-americanos. O cronograma estabelecido pelo governo americano prevê a coleta de comentários públicos até 6 de julho, com audiências presenciais agendadas para 7 de julho. Além disso, nações que possuam compromissos prévios em acordos comerciais ou adotem regimes considerados parcialmente adequados estarão sujeitas a uma alíquota menor, de 10%.

“Lamentável”

Em resposta, o governo brasileiro manifestou “profunda discordância” com a medida. “É lamentável que tema tão relevante como o da proteção de condições dignas para milhões de trabalhadores e

trabalhadoras seja desvirtuado para servir de justificativa a medidas protecionistas unilaterais”, destaca, em nota, o Planalto, que considera ainda um “absurdo” a associação entre a competitividade da economia brasileira e “insumos externos obtidos por meio de comércio que viole a dignidade humana”.

“A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece, há décadas, o Brasil como referência internacional no combate ao trabalho forçado, graças à combinação de fiscalização, responsabilização, cooperação institucional e compromisso político”, acrescentou.

O texto também cita que o Brasil pode recorrer à Lei de Reciprocidade, aprovada em 2025 no Congresso Nacional, justamente para responder a possíveis abusos contra o país no comércio exterior. Segundo a nota, o país já forneceu manifestações escritas e explicações sobre o arcabouço legal nacional para coibir importações de bens produzidos por trabalho forçado.

“Essa tarifa sobre empresas é do Lula”

» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA

Pré-candidato à Presidência, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse que o eventual tarifação dos Estados Unidos contra o Brasil não prejudicará sua campanha. E voltou a atribuir as medidas norte-americanas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o parlamentar, a crise comercial é consequência da deterioração das relações diplomáticas entre Brasília e Washington.

“Essa tarifa sobre as empresas brasileiras é a tarifa do Lula. Pelo seu comportamento, pela sua falta de habilidade”, declarou,

em entrevista ao jornal *O Tempo*. De acordo com Flávio, o chefe do Executivo quer explorar politicamente o embate com os Estados Unidos, sem considerar os prejuízos econômicos para os setores afetados.

O senador afirmou, ainda, que tem atuado para tentar evitar a aplicação das tarifas. Disse ter enviado uma carta ao secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, solicitando que a administração americana reavalie a proposta. “Já mandei uma carta ao governo americano explicando essa situação e pedindo que não taxem as empresas brasileiras”, contou.

O parlamentar também rejeitou a avaliação de que a medida possa desgastar sua imagem junto ao eleitorado. Governistas dispararam nas redes sociais e conseguiram viralizar a alcunha “tariflávio”. “A gente vai explicar que essa taxa do Lula, essa tarifa do Lula, é por causa das provocações dele aos Estados Unidos”, repetiu.

O discurso é compartilhado por integrantes da direita no Congresso. Em entrevista ao *Correio*, o líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), classificou como “preocupante” a possibilidade de entrada em vigor

da nova tarifa e responsabilizou a política externa do governo petista pelo agravamento das relações com os Estados Unidos.

“Precisamos trabalhar arduamente para evitar que isso ocorra. Infelizmente, temos um governo irresponsável. A política externa do governo Lula é um desastre”, afirmou.

O parlamentar frisou que a decisão americana é resultado de um processo de investigação comercial iniciado antes das recentes viagens de Flávio Bolsonaro aos Estados Unidos, afastando qualquer relação entre a atuação do senador e o avanço da sanção.

Marcos Vieira EM/DA Press.



Flávio disse não crer que tarifas abalem sua campanha à Presidência